



Comunicado nº 1/2023/GNOVA INOVAÇÃO ABERTA/GNOVA

Comunicado GNOVA INOVAÇÃO ABERTA/GNOVA/ENAP

**Assunto: Análise do Comitê Técnico e da Comissão Julgadora das inscrições recebidas para o XII Prêmio SOF**

Em atenção ao disposto no Edital Enap nº 140/2022, de 1º de setembro de 2022, que torna público o regulamento do XII Prêmio SOF, em especial os itens 5, 6 e 7, divulgue-se, o resultado da análise feita pelo Comitê Técnico e pela Comissão Julgadora das inscrições recebidas para o XII Prêmio SOF (Secretaria de Orçamento Federal).

## **1. Análise do Comitê Técnico e da Comissão Julgadora**

### **1.1. Inscrições inválidas**

Do conjunto das 58 inscrições recebidas, o Comitê Técnico apresenta relação das inscrições consideradas inválidas por não atenderem ao disposto no Edital Enap nº 140/2022, em especial os itens 5, 6 e 7. Assim, os 23 trabalhos listados a seguir, na sua maioria, tiveram as inscrições invalidadas por haver identificação de autoria ou instituição de ensino. Além disso, houve casos ainda de trabalhos que não respeitaram o número de páginas exigido. Outros trabalhos que aparecem com títulos iguais e ID's diferentes são aqueles que foram reajustados pelos próprios autores e submetidos em nova versão, o que é permitido na vigência do período de inscrição.

ID	Título do trabalho
----	--------------------

47	Opções para planejar mais e orçar melhor.
52	Políticas públicas prioritárias: caminhos utilizados.
58	Estratégias de integração e coordenação governamental: propostas para superar os desafios inerentes à implementação do investimento público em infraestrutura no Brasil.
60	Avaliação de políticas públicas no Brasil: como priorizar políticas e assegurar sustentabilidade fiscal.
69	Regras fiscais de despesas - Uma análise para o crescimento dos estados brasileiros.
70	Avaliação de políticas públicas no Brasil: como priorizar políticas e assegurar sustentabilidade fiscal.
74	Incentivos e obrigações: a forma adequada de regulamentar as entidades de prática desportivas no âmbito nacional.
78	Realismo orçamentário e garantias para a manutenção dos investimentos públicos nos estados brasileiros.
84	Exame da adequação orçamentária e financeira (2015 e 2019): Falhas encontradas e aperfeiçoamentos sugeridos.
85	A importância do marco de despesa de médio prazo para o planejamento fiscal no Brasil: Instrumentos para um novo regime fiscal pós-Pandemia.
86	Indução dos investimentos em infraestrutura de transportes: Estratégias para a viabilização das políticas públicas prioritárias
92	Transparência fiscal e a participação popular: A relação entre os instrumentos publicados e a educação orçamentária dos destinatários.
96	Rede de dependência e conexão orçamentária: um estudo de caso das emendas individuais impositivas sem finalidade definida no estado de São Paulo em 2020, 2021 e 2022.
98	Ajustamento entre educação superior e trabalho: Análise para os graduados da UAB na UFSM.
161	Incentivos e obrigações: a forma adequada de regulamentar as entidades de prática desportivas no âmbito nacional.
162	Gestão do conhecimento.
164	Avaliação de políticas públicas e orçamento.
165	Avaliação de políticas públicas no Brasil: como priorizar políticas e assegurar sustentabilidade fiscal.

170	Avaliação de políticas públicas no Brasil: como priorizar políticas e assegurar sustentabilidade fiscal.
181	Mecanismos de controle de improbidade administrativa.
183	Implementação e avaliação das políticas públicas e dos programas sociais no município de Cambará.
189	O orçamento público brasileiro como Instrumento programático: Processo, instituições e evidências
194	Nota fiscal eletrônica benefícios para o contribuinte e para o fisco.

## 1.2. Inscrições válidas e não finalistas

Do conjunto das 35 inscrições consideradas válidas pelo Comitê Técnico, a Comissão Julgadora realizou leitura prévia e indicação dos ID's dos trabalhos considerados aptos a serem finalistas. Os membros da Comissão Julgadora foram divididos em três grupos de 2 avaliadores e receberam um conjunto de 11 ou 12 trabalhos para análise prévia e indicação de finalistas.

Cada grupo teve que indicar os 5 melhores trabalhos desse conjunto de 11 ou 12 para posterior leitura dos demais grupos, totalizando assim 15 finalistas. Desse modo, 20 trabalhos não foram considerados aptos pela Comissão Julgadora à próxima etapa e portanto, classificados como não finalistas.

ID	Título do trabalho
36	Alocação orçamentária e o desempenho: Análise dos critérios de distribuição orçamentária das unidades da Sesai/MS.
76	Desafios das políticas públicas de proteção ao trabalhador no cenário de "Uberização" das relações de trabalho: O caso do programa seguro-desemprego brasileiro.
80	Política nacional de saúde da pessoa idosa e orçamento federal: há conexões?
87	Integração do planejamento estratégico ao orçamento: Uma proposta para IFES - Estudo de caso da UFRN.
90	Planejamento e aversão ao risco para gestores da Administração Pública contemporânea: Experiências na área de orçamento.
107	Projeções de um orçamento público eficiente: Políticas inovadoras no planejamento e na conquista de resultados paradigmáticos dentro do contexto fiscal e do realismo orçamentário brasileiro.

126	Concursos públicos disfuncionais e seus incalculáveis danos ao orçamento e à sociedade
129	As técnicas de mineração de dados podem ser usadas para melhorar a análise do orçamento?
138	Repensando as regras fiscais de despesas - uma análise para o crescimento dos estados brasileiros.
139	Uma análise da composição orçamentária das Universidades Federais e o efeito da inflação sobre o seu poder de solvência ao longo dos anos de 2014 a 2021.
148	Indução dos investimentos em infraestrutura de transportes: estratégias para a viabilização das políticas públicas prioritárias.
151	O processo de descentralização orçamentária como ferramenta ao alcance da estratégia institucional.
155	Planejamento e orçamento público: uma análise em instituições públicas.
175	Gênero e orçamento público: uma análise comparativa das prioridades orçamentárias de mulheres e homens na Câmara dos Deputados.
179	Avaliação do desempenho da integração da execução orçamentária com o planejamento institucional e sua influência nos resultados da gestão pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) - período 2013 à 2015.
185	Salário-educação: uma proposta de descentralização integral dos recursos.
188	Avaliação de políticas públicas e orçamento: desafios à integração e estratégias de implementação.
198	Método de planejamento estratégico utilizando análise de cenários para tomada de decisão.
202	O desafio geopolítico do século XXI: entre o planejamento na gestão pública ao reconhecimento prioritário das políticas alimentares.
205	O valor de outorgas de serviços e a eficiência e transparência do planejamento e do orçamento público.

### 1.3. Inscrições válidas e finalistas

A seguir estão identificados os 15 trabalhos que foram considerados aptos pela Comissão Julgadora à próxima etapa e portanto, classificados como finalistas.

Esses trabalhos serão submetidos ao conjunto da Comissão Julgadora que, em sessão conjunta, irá deliberar sobre a escolha dos ganhadores.

ID	Título do trabalho
59	Dinâmica fiscal própria dos governos estaduais no Brasil: Solvência da dívida, sustentabilidade dos investimentos e equilíbrio orçamentário.
66	Otimização da escala de trabalho de policiais penais no Rio Grande do Sul.
95	O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e os desafios orçamentários da proteção social no Brasil.
106	Sistema de financiamento dos direitos à saúde sob o custeio dos fundos públicos.
119	Realismo orçamentário e garantias para a manutenção dos investimentos públicos nos estados brasileiros.
128	Exame da adequação orçamentária e financeira (2015 e 2019): falhas encontradas e aperfeiçoamentos sugeridos.
133	Promoção da igualdade racial pelo governo federal: uma análise dos planos plurianuais posteriores ao estatuto da igualdade racial.
143	Por um processo orçamentário funcional: primeiras reflexões e contribuições rumo a mudanças.
145	Estratégias de integração e coordenação governamental: propostas para superar os desafios inerentes à implementação do investimento público em infraestrutura no Brasil.
154	A importância dos marcos de médio prazo para o planejamento fiscal no Brasil: instrumentos orçamentários para um novo regime fiscal.
169	Reforma da atenção primária à saúde - o contexto da gestão orçamentária.
171	Avaliação de políticas públicas no Brasil: como priorizar políticas e assegurar sustentabilidade fiscal.
172	Comunicação fiscal e os seus efeitos sobre a política monetária: uma análise a partir do processamento de linguagem natural.
191	Orçamento público brasileiro como instrumento programático: processo, instituições e evidências.
192	As loterias e a fiança quebrada e perdida: o antagonismo dos investimentos de fontes certas na população versus na necropolítica brasileira.

## 2. Encaminhamentos

Informa-se, em atenção ao disposto no item 7.2. do Edital nº 140, de 1º de setembro de 2022, que “Recursos poderão ser interpostos aos resultados preliminares das avaliações da Comissão Julgadora, nos termos do disposto na Lei nº 9.784/99, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados de suas publicações, e deverão ser dirigidos à Diretoria de Inovação da Enap, exclusivamente por meio do endereço de e-mail [premios@enap.gov.br](mailto:premios@enap.gov.br).”



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane De Oliveira Dias, Coordenador(a)-Geral Substituto(a)**, em 02/02/2023, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília e Resolução nº 9, de 04 de agosto de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.enap.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0660170** e o código CRC **2CB1B752**.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
SAIS - Área 2A, Brasília/DF, CEP 70610-900  
Telefone: 55 61 2020 3000 e 55 61 2020 3021  
[www.enap.gov.br](http://www.enap.gov.br) - [enap@enap.gov.br](mailto:enap@enap.gov.br)

Referência: Processo nº 04600.002562/2022-01

SEI nº 0660170